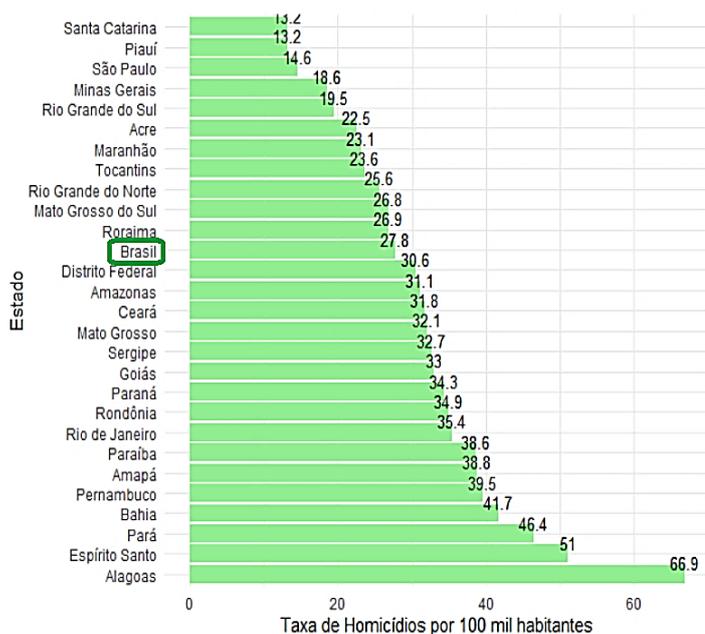


## Homicídios no Espírito Santo e o Programa Estado Presente em Defesa da Vida

O Estado do Espírito Santo passou por uma série de transformações institucionais e econômicas a partir da década de 1970. Segundo Fajardo (2015), o intenso fluxo migratório rumo aos centros urbanos capixabas foi um dos principais fatores dessa ruptura estrutural. Essa explosão demográfica ocorreu em um contexto de políticas públicas ineficazes e crescimento econômico insuficiente, contribuindo para o aumento da pobreza, do desemprego e da desigualdade e, conseqüentemente, para a elevação generalizada dos níveis de violência no estado. O autor propõe, porém, que a criminalidade é um fenômeno complexo, não explicado apenas pelas mazelas econômicas. Fatores como o tráfico de drogas, o fácil acesso a armas de fogo, a evasão escolar, o aumento de lares monoparentais e a impunidade advinda de déficits nos sistemas de justiça e segurança também contribuíram para o recrudescimento da violência.

Conforme Cerqueira et al. (2022), entre 1980 e 2010, o número de homicídios no estado cresceu a uma taxa de 4% ao ano, crescimento significativamente maior que o da média nacional no período (2,8%). Uma crise no sistema prisional capixaba, ao longo da década de 2000, serviu como um dos catalizadores do problema. A superlotação carcerária, a precariedade das instalações e a falta de recursos humanos e administrativos resultaram em fugas, rebeliões e homicídios entre detentos, elevando os indicadores de criminalidade violenta do estado.

Gráfico 1 – Taxa de Homicídios por 100 mil Habitantes por Estado em 2010



Fonte: DATASUS e IBGE. Elaboração própria.

Como mostra o Gráfico 1, em 2010 o Espírito Santo registrava a segunda maior taxa de homicídios do Brasil, com 51 casos por 100 mil habitantes, quase o dobro da média nacional (27,8), atrás apenas de Alagoas (66,9). Diante desse cenário, em que a Segurança Pública despontava como a principal preocupação da população, foi lançado, em maio de 2011, o "Programa Estado Presente em Defesa da Vida", estabelecendo-se como uma das principais estratégias para enfrentar a violência e promover a segurança no estado.

O programa mobilizou um esforço conjunto e transversal, envolvendo 15 secretarias e 11 órgãos governamentais. Fundamentado no conceito de "Segurança Cidadã", desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa Estado Presente parte da compreensão de que a criminalidade violenta é um fenômeno complexo e multicausal. Por essa razão, adota uma abordagem integrada, que vai além da repressão policial, incorporando estratégias intersetoriais para enfrentar as múltiplas dimensões da violência (CASAGRANDE, 2015; FUNDAÇÃO MANGABEIRA, 2015).

Para planejar, coordenar e executar o esforço multissetorial, foi criada a Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas (SEAE). Por meio dela, foi possível ampliar a cooperação técnica e viabilizar operações conjuntas entre as Polícias Civil e Militar, as guardas municipais, o Poder Judiciário e o Ministério Público. Ademais, o Programa Estado Presente vinculou a política de segurança pública diretamente ao gabinete do governador, que passou a realizar reuniões mensais com secretários para coordenar e avaliar o desempenho da política (FUNDAÇÃO MANGABEIRA, 2015).

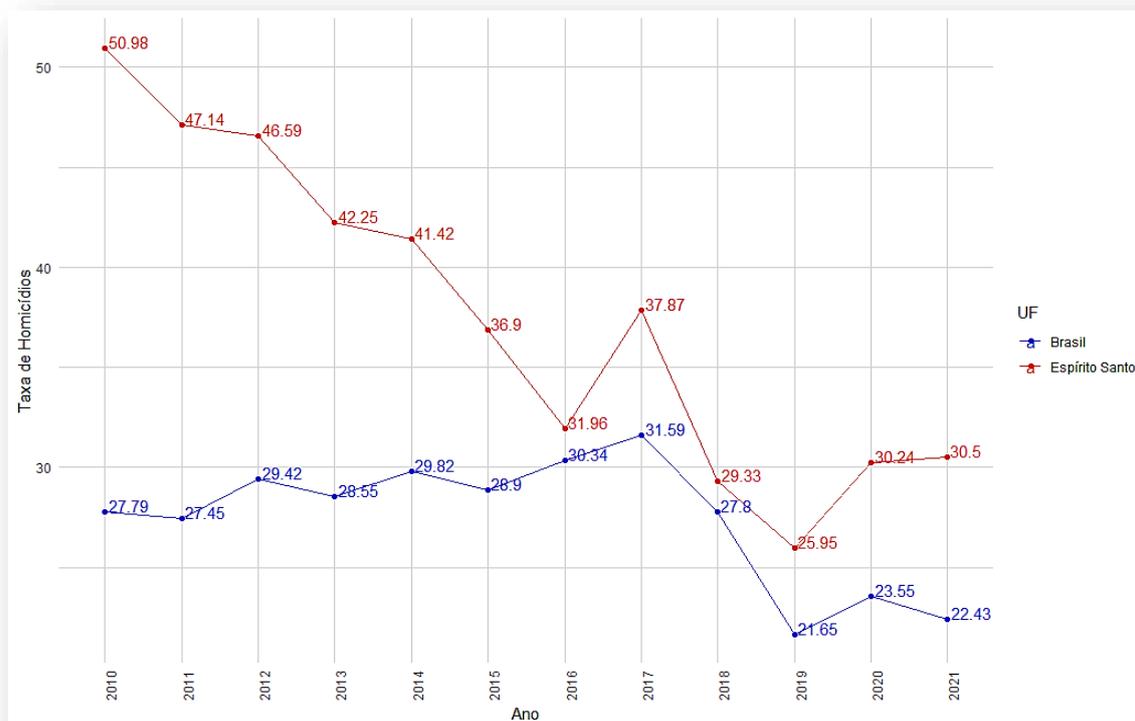
O Programa Estado Presente foi estruturado em dois eixos principais: proteção policial e proteção social. No âmbito da proteção policial, o objetivo central é fortalecer a capacidade de resposta do sistema de segurança por meio de sua ampliação, modernização e ênfase na repressão qualificada. Essa abordagem de controle da criminalidade se distingue pelo uso de tecnologias avançadas, ferramentas de inteligência policial e estratégias de atuação focadas e direcionadas, visando aumentar a precisão e a eficácia das operações. Diferentemente das ações genéricas ou indiscriminadas, a repressão qualificada concentra esforços em alvos prioritários, como organizações criminosas e indivíduos de alta periculosidade, tornando as ações policiais mais assertivas e estratégicas (TELES DA SILVA et al., 2021).

Entre 2011 e 2014, o eixo de proteção policial recebeu investimentos expressivos, que possibilitaram a aquisição de 2.619 viaturas, dobrando a frota existente; a incorporação de 5.844 novos policiais, ampliando o efetivo em 60%; e a instalação de aproximadamente mil câmeras de vídeo-monitoramento, reforçando o aparato de vigilância e controle. Esses avanços consolidaram a capacidade operacional das forças de segurança, proporcionando maior agilidade e eficiência no enfrentamento à criminalidade (FUNDAÇÃO MANGABEIRA, 2015).

No eixo de proteção social, o Programa Estado Presente abrange ações voltadas à ampliação do acesso à saúde, educação, esporte e cultura em áreas de vulnerabilidade social. O programa busca também a geração de emprego e renda, oferecendo cursos de qualificação profissional, promovendo redes de pequenas empresas e incentivando o

desenvolvimento e o empreendedorismo locais. Além disso, o Programa Estado Presente foi responsável por investimentos em urbanização e habitação, organização de uma rede de parceiros da sociedade civil e criação do programa Rede Abraço, voltado à prevenção, tratamento e reinserção de usuários de drogas (IJSN, 2019).

Gráfico 2 - Histórico das taxas de homicídio por 100 mil habitantes no Espírito Santo



Fonte: DATASUS e IBGE. Elaboração própria.

O subtítulo do Programa Estado Presente — "Em Defesa da Vida" — evidencia seu objetivo central: reduzir o número de homicídios no Espírito Santo. Nesse contexto, o gráfico 2 demonstra uma expressiva redução na taxa de homicídios no estado, que passou de 50,98 mortes por 100 mil habitantes em 2011 para 41,42 em 2014. Esse decréscimo contrasta com a trajetória nacional, que apresentou um aumento no mesmo período. Como resultado, o Espírito Santo, pela primeira vez em décadas, deixou as primeiras posições no ranking nacional de taxas de homicídios, passando da segunda colocação em 2011 para a oitava em 2013, evidenciando o impacto positivo do programa (CERQUEIRA, 2015). Em 2014, a taxa de homicídios manteve sua trajetória de queda, consolidando o êxito da política e estabelecendo bases concretas para reduções subsequentes na gestão seguinte

O segundo mandato do Governador Renato Casagrande se inicia em 2019, retomando o Programa Estado Presente com a implementação de ações como: recomposição dos efetivos das polícias e dos bombeiros por meio de concursos públicos; modernização da radiocomunicação; reformas e construções de unidades policiais, de

bombeiros e prisionais; além de entregas de equipamentos de serviço médico legal, armas, capacetes, coletes balísticos e viaturas. Além disso foram entregues o Centro de Inteligência de Defesa Civil e o Centro Integrado de Perícia Técnico Científica, reforçando o caráter de policiamento inteligente do Programa Estado Presente (RAMALHO, 2021). Paralelamente, o "eixo de proteção social" também foi fortalecido, com investimentos em urbanização, educação, esporte, lazer e cultura, visando aprimorar o capital humano do estado e criar oportunidades para os jovens e segmentos mais vulneráveis da população (IJSN, 2019; RAMALHO, 2021)

Diante dos resultados alcançados, o Programa Estado Presente pode ser considerado um caso de sucesso no controle da criminalidade. Sua primeira fase (2011-2014) foi analisada por Cerqueira et al. (2021) por meio do método de controle sintético (ABADIE e GARDEAZABAL, 2003; ABADIE, DIAMOND e HAINMUELLER, 2010). Os autores estimaram que, nos quatro primeiros anos de implementação, o programa evitou 1.711 homicídios. Além disso, Cerqueira et al. (2021) destacam que, sem a intervenção do programa, o estado, em vez de registrar uma redução de 10,2% nos homicídios, teria apresentado um aumento de 29% nesse indicador.

A missão de mensurar a efetividade do Programa Estado Presente em sua segunda intervenção já está contratada e está sendo conduzida pelo projeto “Impacto do Programa Estado Presente na Taxa de Homicídios do Espírito Santo: Uma Avaliação Quantitativa e Qualitativa”; um dos projetos desenvolvidos no âmbito do Observatório de Segurança Cidadã (OSC). Essa iniciativa é fruto de uma parceria estratégica entre o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo (SEP) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). O projeto tem como objetivo avaliar, por meio de modelos econométricos avançados, os impactos do Programa Estado Presente no período de 2019 a 2022, fornecendo evidências que possam subsidiar o aprimoramento das políticas de segurança pública no estado.

## Bibliografia

ABADIE, Alberto.; DIAMOND, Alexis.; HAINMUELLER, Jens. Synthetic control methods for comparative case studies: estimating the effect of California’s tobacco control program. **Journal of the American Statistical Association**, v. 105, n. 490, 2010.

ABADIE, Alberto.; GARDEAZABAL, Javier. The economic costs of conflict: a case study of the Basque Country. **American Economic Review**, v. 93, n.1, 2003.

CASAGRANDE, Renato. Lançamento do livro “Programa Estado Presente – Em Defesa da Vida”. Youtube, 11 de novembro de 2015. Disponível em: <[Lançamento do livro "Estado Presente - Em Defesa da Vida" - YouTube](#)>. Acesso em: 20 de dezembro de 2024.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; da SILVA NETO, Darcy Ramos; COELHO, Danilo Santa Cruz; LINS, Gabriel de Oliveira Accioly. **Uma avaliação de impacto de política de segurança pública: o Programa Estado Presente do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2021. (Texto para discussão, n.61)

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. O Estado comprometido com a vida. In: FUNDAÇÃO MANGABEIRA. **Estado presente em defesa da vida: um novo modelo para a segurança pública**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2015.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; LINS, Gabriel de Oliveira Accioly; da SILVA NETO, Darcy Ramos; COELHO, Danilo Santa Cruz. Uma nota sobre análise benefício-custo de uma política de redução de homicídios no Brasil: o caso do Espírito Santo. **Revista Brasileira de Economia**, v. 86, n.4, 2022.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Estado Presente em Defesa da Vida: Eixo Proteção Social**. Vitória: 2019. Disponível em: <<https://sedh.es.gov.br/manual-do-eixo-de-protecao-social-do-estado-presente-em-defesa-da-vida>>.

FAJARDO, Álvaro Rogério Duboc. Introdução. In: FUNDAÇÃO MANGABEIRA. **Estado presente em defesa da vida: um novo modelo para a segurança pública**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2015.

RAMALHO, Alexandre. Investimentos do ES na segurança pública e em defesa da vida. **A Gazeta**, 28 de outubro 2021. Disponível em: [Investimentos do ES na segurança pública e em defesa da vida | A Gazeta](#). Acesso em: 18 de dezembro de 2024.

TELES DA SILVA, A.; GALVÃO PEREIRA, J. D.; RODRIGUES LIMA FILHO, J.; BOSNICH, S. L. Policiamento orientado pela inteligência: importância e iniciativas no cenário brasileiro. **Revista Ciência & Polícia**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 104–130, 2021. DOI: 10.59633/2316-8765.2020.291. Disponível em: <https://revista.iscp.edu.br/index.php/rcp/article/view/291>. Acesso em: 20 dez. 2024.

---

### **INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN**

Diretor Geral  
Pablo Silva Lira

Diretoria de Estudos e Pesquisas  
Pablo Medeiros Jabor

Diretoria de Integração e Projetos Especiais  
Antônio Ricardo F. da Rocha

Diretoria de Gestão Administrativa  
Katia Cesconeto de Paula

Observatório da Segurança Cidadã  
Thiago de Carvalho Guadalupe (Coordenador)

Equipe Técnica  
Daniela Neves (Bolsista FAPES)  
Pedro H. Monteiro (Pesquisador)  
Rafael Barbieri Camatta (Bolsista FAPES)  
Sérgio Krakowiak (Pesquisador)